

**A POPULAÇÃO DA REGIÃO NORTE:
PROCESSOS DE OCUPAÇÃO E DE URBANIZAÇÃO RECENTES***Hélio Augusto de Moura* [*]*Morvan de Mello Moreira* [**]**Introdução**

Qualquer projeto de desenvolvimento da Amazônia contabiliza, entre outros de muitos de seus aspectos positivos, a enorme riqueza de seus recursos naturais, florestais e minerais, assim como o seu potencial de recursos energéticos (gás, petróleo, energia elétrica), a fertilidade de seu cerrado para a exploração agrícola e agropecuária, a imensa diversidade biológica e o potencial biotecnológico a ela associado.

Entretanto, desenvolver a Amazônia, dada a sua dimensão continental e a fragilidade de seu ecossistema, se não adequadamente explorado, não é uma tarefa trivial. O volume de recursos que demanda para a construção da necessária infra-estrutura é uma ação que não pode depender exclusivamente dos escassos recursos nacionais. Ela passa, necessariamente, pelo crivo das organizações internacionais, na medida em que empréstimos externos de grande vulto têm que ser obtidos para que hidroelétricas, estradas, portos, meios de comunicação, indústrias sejam construídas.

O desafio também é o de garantir um processo de desenvolvimento que não só irradie seus benefícios para as populações regionais, mas, também ocorra dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que resulte na adequada utilização dos recursos naturais e a conservação dos ecossistemas, garantindo, assim, a solidariedade inter-geracional, com a preservação dos seus recursos naturais para o uso das gerações futuras.

O desafio também é o de vencer as resistências internacionais que, tentando transformá-la em patrimônio ecológico mundial intocável, sob a alegação de sua importância para o equilíbrio ecológico em escala planetária, criam restrições que constroem a obtenção dos recursos necessários.

No passado recente, a ocupação de uma fração expressiva do espaço vazio regional e o adensamento populacional foram obtidos às custas de elevados investimentos públicos para a criação de uma infra-estrutura mínima que permitisse o deslanche deste processo. A reorientação das prioridades nacionais no que respeita ao desenvolvimento regional, com a drástica redução do financiamento público, determinou um arrefecimento no movimento migratório, essencial para a efetiva ocupação de espaços selecionados na Amazônia.

A história recente da ocupação humana da Amazônia não permite antecipar em um horizonte próximo a repetição dos quantitativos que até então ocorreram. Uma nova dinâmica reprodutiva estabeleceu-se em nível nacional, e da qual a Amazônia não está afensa. Da mesma forma, há claras indicações de mudanças estruturais nos deslocamentos migratórios da população brasileira e regional. Ambos os movimentos conspiram contra um adensamento da ocupação, se tal proposta for deixada à margem de uma política deliberada de intervenção pública no sentido de dinamizar e orientar a ocupação da Amazônia.

Este trabalho visa contribuir para a avaliação das tendências recentes da dinâmica populacional da Amazônia e refletir sobre suas possíveis trajetórias futuras. Diferentemente das demais componentes sociais, em uma população fechada, a sua história futura está parcialmente contada pelo seu passado. Entretanto, a Amazônia não é uma região fechada. Pelo contrário, é altamente

dependente dos fluxos migratórios. Em assim sendo, o seu futuro demográfico está muito influenciado não só por variáveis internas, mas também, por determinações de ordem nacional.

1. Processos Recentes de Ocupação da Amazônia

O Norte é a mais vasta região do País, com 3,9 milhões de Km². Seu efetivo populacional, segundo o Censo de 2000 realizado pelo IBGE, atingiu 12.919,9 milhares de pessoas, o qual correspondeu a 7,8% da população total residente no País^[1].

Apesar de ser reconhecidamente uma das mais importantes regiões para o ecossistema mundial, de deter, em escala nacional, abundantes recursos minerais, madeireiros e agropecuário, e de esforços passados direcionados mais ou menos intensamente para a sua ocupação demográfica e econômica, o início deste século deparou-se com uma região ainda muito esparsamente povoada (3,3 hab/km²) e desigualmente desenvolvida, já com graves problemas sociais^[2].

No que tange ao processo recente de sua ocupação, pode-se dizer que ele esteve ligado, inicialmente, isto é, nos anos 60 e 70, à ação do Governo Federal e às políticas de desenvolvimento econômico por ele capitaneadas. Foi a partir da expansão de formas de acumulação e de investimentos públicos que se procedeu a ocupação das fronteiras amazônicas, numa expansão que privilegiou determinados espaços, alguns dos quais constituídos a partir de condições econômicas historicamente preexistentes, e outros nos quais tais condições foram praticamente criadas.

O fato é que, segundo Oliveira (1996), é possível identificar pelo menos quatro grandes eixos ou pólos da ocupação amazônica recente, surgidos ou como frutos da expansão da fronteira ou de ações específicas patrocinadas pelo setor público. Este é o caso típico da Zona Franca de Manaus, onde se gerou um grande polo moderno de crescimento industrial, idealizado, inclusive, com o objetivo de irradiar o desenvolvimento a vastas porções interiorizadas da Amazônia Ocidental.

Uma segunda expansão se dá através do polo de Carajás, abrangendo o triângulo São Luís, Marabá-Belém, é muito ligado à disponibilidade de recursos naturais – minero-ferríferos principalmente – e já desde aquela época inserido num contexto de globalização, com exportações direcionadas aos mercados internacionais. Esse polo deve gerar hoje um valor de produção bastante superior ao da Zona Franca de Manaus, embora a favor desta deva dizer-se que parece ter hoje uma maior capacidade de internalizar sua produção em nível do próprio País.

Um outro polo a considerar é de natureza agropecuária. Prolonga-se desde o Centro-Oeste até uma parte da região amazônica e está vinculado aos esquemas de acumulação preexistentes em Estados tais como Minas Gerais e São Paulo, no Sudeste. De fato, é facilmente perceptível que a Região Centro-Oeste (Estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso) tem hoje uma forte integração com a economia do Sudeste e com um sistema de transporte orientado precipuamente para o escoamento de sua produção para aquela região ou através dela. Na região Norte, este eixo penetra pelo Sul do Pará e Sul do Maranhão e por áreas de Rondônia, Acre e mesmo Amazonas. A construção do moderno porto de Itacoatiara, no Rio Madeira, para exportação de soja, tem a ver com a viabilização econômica desse eixo.

Finalmente, o que se poderia denominar de um polo estritamente amazônico ficou, de certa forma, mais isolado e economicamente comprometido. Quis o Governo Federal criar, à época, através da colonização, um sistema orientado no sentido de assentar migrantes com “know how” agrícola, com pequenos capitais, oriundos principalmente de estados sulinos. Rondônia e o Acre foram os Estados onde tais ações teriam sido melhor sucedidas nos âmbitos da agricultura e da pecuária, respectivamente.

A partir dos anos 80, quando se instala a crise financeira do Estado brasileiro e as políticas públicas passam a perder espaço, força e rigidez, a ocupação da região Norte passa a se reger, fundamentalmente, pela lógica do mercado. Abre-se um vácuo no processo de desenvolvimento regional. Nessa lógica já não está mais tão presente a implementação daquelas políticas públicas anteriormente voltadas para o processo de integração da Região, para o desenvolvimento social e econômico das populações e para a ocupação orientada dos seus vastos espaços. Isto atinge os governos estaduais que se vêm forçados a buscar parcerias e a procurar integração entre si no

sentido de tocar algumas obras de infra-estrutura e efetivar outras ações de desenvolvimento, por vezes na esteira de programas e projetos pretéritos parcialmente recuperados. O Acre é um caso típico na sua busca de uma maior integração com os países da pan-amazonia hispânica, inclusive apoiado no interesse de Estados do Sudeste de buscar uma saída para o Pacífico com o objetivo de escoar sua produção de soja destinada a mercados agrícolas asiáticos. Isso se daria a partir da construção de certos eixos rodoviários, algo até agora frustrado.

O Estado do Amazonas já viabilizou, em parceria com Roraima, a construção de uma moderna rodovia de integração com a Venezuela e com o Caribe, prevendo-se que a partir dela, breve, se poderá atingir por asfalto a Guiana Inglesa. No Amapá, há planos do Governo estadual de construir uma moderna rodovia para ligar Macapá tanto a Manaus, a leste, como à antiga Guiana Francesa, ao norte.

Mais recentemente, à esteira de preocupações de natureza geopolítica e de segurança nacional, estão sendo desenvolvidos esforços que, em última análise, estariam voltados para a ocupação do vasto vazio demográfico que ainda é a Amazônia Ocidental brasileira e, conseqüentemente, para a própria preservação da soberania nacional nesse vastíssimo espaço. De um lado, menciona-se o interesse do Governo brasileiro, via projeto Calha Norte, de responsabilidade das Forças Armadas, voltado, não somente para o fortalecimento militar ao longo da fronteira, como também para desenvolver ações de natureza social que possam beneficiar e conseqüentemente, ao que se supõe, atrair população brasileira para recheiar o lado de cá da fronteira.

De outro, cumpre mencionar que já se encontram em fase preliminar de discussão no Congresso Nacional projetos sobre a criação de novos Estados e Territórios Federais na Amazônia. Um desses projetos contempla a criação do Estado do Tapajós, a ser desmembrado do estado do Pará e localizado na fronteira deste com o Estado do Amazonas, tendo por capital a cidade de Santarém, na confluência dos rios Amazonas e Tapajós. Por sua vez, segundo outra proposta, também deverão ser criados três novos Territórios Federais – Rio Negro, Solimões e Juruá – a serem desmembrados do Estado do Amazonas e situados na atual área limítrofe ocidental de nosso País com o Peru, a Colômbia e a Bolívia. Finalmente, menciona-se a proposta de criação do Estado do Araguaia, a ser desmembrado do Estado do Mato Grosso, já fora da Região Norte, mas inserido na chamada Amazônia Legal. (v. Mapa I)

Sem dúvida, essas tendências de ocupação, em grande parte dirigidas e/ou estimuladas pelo Governo Federal e Governos estaduais, determinam ou pelo menos vocacionam o crescimento populacional da Região, talvez menos em termos de intensidade e mais em termos de sua orientação e distribuição no vasto espaço regional.

No que tange especificamente ao crescimento populacional amazônico, pode-se dizer que, em termos de dinâmica demográfica, a Região Norte já se acha na fase descensional das taxas de fecundidade e de mortalidade. É bem verdade que a população rural encontra-se defasada em relação à população urbana no que respeita à evolução da fecundidade, tendo apresentado, no período 1990/95, níveis ainda bastante elevados (5,6 filhos por mulher), comparativamente aos que nas mesmas datas já prevaleciam no meio urbano amazônico (3,6 filhos por mulher) e nos quadros urbanos e rurais de todas as demais regiões brasileiras^[3]. Com respeito a mortalidade, há uma certa similitude entre os quadros de domicílio quanto aos níveis gerais da esperança de vida ao nascer (aproximadamente 66,0 anos, no período 1990/95)^[4]. Pode-se até presumir que a ampla dispersão da população rural e o crescente processo de urbanização venham a contribuir, em futuro breve, para distinguir com clareza cada vez maior os respectivos conjuntos de causas de morte prevalentes nos meios urbano e rural. Entretanto, no estágio atual, a mortalidade da região Norte encontra-se em uma situação transicional, com forte presença das doenças infecciosas e parasitárias relacionadas com a pobreza que afeta grandes segmentos da população e com a precariedade da oferta de serviços essenciais, ao lado de uma ampla mortalidade associada a causas próprias da vida urbana, inclusive a violência.



Mapa 1 – Região Norte – Nova Configuração Territorial

Percebe-se assim que, apesar de sujeito ainda a decréscimos nos respectivos índices, não se deve esperar que o crescimento vegetativo venha a exercer, no futuro, forte dinamismo no tocante ao crescimento populacional da Região Norte. Estimativas realizadas por Moreira (2000) indicam que a Taxa anual desse crescimento teria sido nas décadas dos 70 e dos 80, de 36 por mil e de 33 por mil, respectivamente. Por sua vez, não parece possível admitir que a migração possa voltar a desempenhar um forte papel quanto ao dinamismo populacional amazônico, a exemplo do que ocorreu nos anos 70 e anos 80. O forte esmorecimento que parece se haver registrado nos recentes anos 90, no que respeita ao fenômeno migratório em curso na região Norte, parece também corroborar essa expectativa. Parece também que se inicia um processo de mudança na composição dos fluxos segundo a procedência, com participação crescente de movimentos transfronteiriços na região e para além dela, os quais até então eram ainda praticamente desconhecidos. São movimentos que envolvem questões da terra, pobreza, desruralização, e questões indígenas. Sua gênese e sua estrutura são ainda praticamente desconhecidas^[5].

2. As Tendências Gerais do Crescimento Populacional

As tendências evolutivas observadas com relação à população da Região Norte denotam que a mesma se tem destacado, historicamente, por apresentar taxas de crescimento quase sempre mais elevadas do que as do Brasil como um todo. O ritmo desse crescimento, porém, caiu bastante de intensidade durante os anos 90, tendo atingido então, uma média anual de 2,6%, bastante inferior, portanto, às de 4,7% e 3,9% pertinentes aos anos 70 e 80. Mesmo assim, a atual taxa média de crescimento da população amazônica ainda quase que equivale à observada com relação ao Brasil nos já remotos anos 70.

As tendências evolutivas observadas com relação às populações amazônica e brasileira refletem-se na evolução das respectivas participações relativas. Tal participação que até 1970 se manteve algo estabilizada entre 4,0% e 4,4%, cresceu rapidamente desde então, até chegar a 7,8% em 2000. *Mutatis mutandis*, esta mesma tendência verificou-se tanto em nível do contingente residente em quadros urbanos, como em quadros rurais. No primeiro caso, tal relação praticamente dobrou entre 1970 e 2000, tendo-se elevado de 3,4% para 6,7%. Já no caso da população rural, o aumento dessa participação foi bem mais rápido e ainda mais precoce: o respectivo percentual, que se situava entre 4,0% e 5,0% nos anos 40 e 50, ascendeu a quase 6,0%, ao final dos anos 60, tendo atingido 8,6% em 1980, 12,0%, em 1991 e já quase 13,0%, no ano 2000.

É evidente que na consideração dessas tendências não se devem levar em conta os ritmos diferenciados em que se deram as variações tanto no numerador como no denominador da expressão. Como demonstra a tabela 2, foi a partir dos anos 60 que a taxa de crescimento da

população nortista começou a superar amplamente a da população brasileira. Para tanto contribuíram, inicialmente, os diferenciais verificados com relação ao crescimento do contingente urbano. A partir de 1970, enquanto já se observava a desruralização populacional que começava a ter curso em nível do País como um todo, os efetivos residentes no quadros rurais da região Norte ainda cresciam intensamente, particularmente no curso da década 1970/1980 (3,4% a.a.), quando o fizeram a ritmo superior ao registrado pelo total da população brasileira em qualquer sub-período da série histórica considerada. Contudo, na primeira metade dos anos 90, entre 1991 e 1996, percebeu-se um forte arrefecimento no crescimento da população rural da região Norte. Era o prelúdio de um processo de desruralização que, a exemplo do que já ocorria em todas as demais regiões brasileiras, também tinha início na Amazônia, com um certo atraso, a partir de então.

Tabela 1

Região Norte(*) : População Residente nas Datas dos Recenseamentos Gerais –

1940/2000

Anos	População (1000)			% Sobre a População Brasileira	Grau de Urbanização (%)
	Urbana	Rural	Total		
1940	425,5	1.207,1	1.627,6	4,0	26,1
1950	607,2	1.441,5	2.408,7	3,9	29,6
1960	1.041,2	1.888,8	2.930,0	4,1	35,5
1970	1.784,2	2.404,1	4.188,3	4,4	42,6
1980	3.330,6	3.288,6	6.619,2	5,6	50,3
1991	5.922,6	4.107,9	10.030,6	6,8	59,1
1996	7.039,3	4.250,8	11.290,1	7,2	62,4
2000	9.005,8	3.914,1	12.919,9	7,8	69,5

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censos Demográficos e Contagem Populacional
 (*) – Inclui os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins

Tabela 2

Região Norte e Brasil: Taxas de Crescimento Populacional (% a.a.), por Quadro de Domicílios – 1940/2000

Períodos	Região Norte			Brasil		
	Urbanos	Rurais	Total	Urbanos	Rurais	Total
1940/50	3,6	1,8	2,3	3,8	1,6	2,3
1950/60	5,5	2,7	3,6	5,5	1,6	3,2
1960/70	5,5	2,4	3,6	5,2	0,7	2,9

1970/80	6,6	3,4	4,7	4,5	-0,6	2,5
1980/91	5,4	2,0	3,9	3,0	-0,7	1,9
1991/96	3,5	0,7	2,4	2,1	-1,0	0,8
1996/00	6,3	-2,0	3,4	-	-	1,8
1991/00	4,8	-0,5	2,9	-	-	1,3

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censos Demográficos e Contagem Populacional

Prosseguiu sem interrupção a forte tendência da população em residir em quadros de domicílio titularmente urbanos^[6]. Assim é que, em 1980, metade da população nortista já residia em cidades e vilas, proporção esta que se elevou para 58% por ocasião do Censo de 1991, para 62% quando da Contagem Populacional de 1996 e, finalmente, para quase 70%, no ano 2000. O fato é que, entre 1980 e 1991 nada menos do que 72% do crescimento líquido havido na população nortista – da ordem de 3,5 milhões de pessoas – foram gerados e/ou absorvidos no/pelo conjunto de cidades e vilas. Entre 1991 e 2000, esse percentual elevou-se para 115,5%, indicativo de terem os quadros urbanos da região absorvido o equivalente não só a todo o crescimento populacional havido na Região durante esse período – aproximadamente 2,7 milhões de pessoas – mas a também uma parcela da população que se desruralizou e deixou a Amazônia.

3. As Tendências do Crescimento Urbano

Tem-se apontado que, na região Norte, entre os efeitos mais visíveis do processo de desenvolvimento orientado pela lógica de mercado destaca-se o aumento da concentração populacional em uns poucos pólos de desenvolvimento e de prestação de serviços. A concentração de investimentos em pontos específicos do vasto espaço regional atrai-lhes população, ao mesmo tempo que contribui ou determina a estagnação das atividades econômicas do interior: geram-se fatores expulsivos de significativos contingentes de população, os quais deixam as áreas rurais e mesmo as pequenas cidades interioranas em busca da sobrevivência nas áreas urbanas de maior porte e/ou em alguns novos pólos de atividade econômica que surgem, por vezes com vida efêmera. Este “adensamento pontualizado” da população nortista é de tal ordem que, talvez como casos extremos, possam ser referidas Boa Vista, em Roraima, e Macapá, no Amapá, cujos efetivos populacionais representaram, no ano 2000, 62% e 59% dos respectivos contingentes estaduais. Capitais como Manaus, no Amazonas, e Rio Branco, no Acre, também concentram parcelas substanciais dos efetivos estaduais residentes: 49% e 45%, respectivamente. Pode-se dizer que, de modo geral, a população nortista vem-se concentrando em quadros de domicílio titularmente urbanos – 70% da população amazônica, no ano 2000 – dentre os quais se destacam as sete capitais estaduais além de umas poucas outras cidades classificadas numa faixa entre 50 mil e 200 mil habitantes; algumas cidades paraenses (Santarém, Marabá, Castanhal, Ananindeua, Itaituba e Abaetetuba) e amazonenses (Itacoatiara, Parintins Careiro, etc.), duas cidades tocantinenses (Araguaiana e Gurupi) e Ji-Paraná em Rondônia. São cidades que atuam, em geral, como centros administrativos, comerciais e/ou de prestação de serviços em níveis sub-regional e/ou local.

Sabe-se que entre os fatores determinantes do crescimento da população urbana de um determinado espaço figura a incorporação como urbanos de quadros domiciliares anteriormente classificados como rurais (inclusive povoados, lugarejos, etc.). Embora os dados censitários de 2000 que permitiriam qualificar essa observação ainda não estejam disponíveis, os dados dos Censos

anteriores deixam transparecer ter havido um número elevado de vilas que ascenderam, entre 1980 e 1991, à condição de sedes municipais. A maioria delas correspondeu a lugarejos quase sempre com menos de 2 mil habitantes, cuja influência não deve ter sido significativa para

explicar o acréscimo populacional havido no total da população residente no conjunto de sedes municipais então existentes. O próprio número de pessoas que residiam, em 1991, no conjunto das pequenas vilas nortistas afigurava-se bem pouco expressivo, o que serve também para indicar a menor importância que, de um ponto de vista quantitativo, estaria assumindo a ascensão das vilas à categoria de cidades. De fato, nada menos do que 78% do acréscimo registrado entre 1980 e 1991 na população urbana da região Norte tiveram lugar em cidades que já contavam, no segundo desses anos, com mais de 20 mil habitantes, sendo que quase 53% do mesmo referiam-se exclusivamente a cidades com mais de 50 mil habitantes.

Esse tipo de concentração determina, por sua vez, aquela que também se observa ao considerar o fenômeno em nível de mesorregião. Há uma forte concentração populacional em algumas poucas mesorregiões nortistas, como são os casos do Centro Amazonense, da Metropolitana de Belém, do Nordeste Paraense e, mais recentemente, do Leste Rondoniense e Sudeste Paraense. As duas primeiras encerram os dois maiores centros urbanos regionais: Manaus e Belém, respectivamente^[7].

Tabela 3

Região Norte: Número de Cidades, População Residente e Taxas de Crescimento por Classe e Tamanho das Cidades 1980-1991

Classes	Número de Cidades		População (1000hab.)		% s/o Crescimento Urbano Total	Taxas de Crescimento 1980/1991 (% a.a)
	1980	1991	1980	1991		
Até 500 habitantes	4	-	1,4	-	-0,05	-
501 a 1000	12	8	9,1	6,7	-0,09	-2,71
1001 a 2000	49	43	71,4	70,4	-0,08	-0,25
2001 a 5000	62	95	198,5	322,1	4,82	4,50
5001 a 10000	29	65	200,7	448,2	9,65	7,58
10001 a 20000	25	37	342,1	536,5	7,58	4,18
20001 a 50000	15	35	460,4	1.109,6	25,30	8,33
Mais de 50000	7	15	1.834,3	3.190,9	52,88	5,16
Total	203	298	3.118,9	5.684,4	100,00	5,61

Fonte: Moura; Moreira [1997]

Assim sendo, de um ângulo estritamente demográfico, a urbanização da região Norte estaria sendo bastante vocacionada para a ampliação do tamanho dos núcleos urbanos já existentes, principalmente daqueles que já atingiram uma dimensão considerável em relação às características de dispersão da população e concentração das atividades econômicas. Esta é uma tendência que se reflete na elevação do tamanho mediano das cidades da região, que passou de 1,8 mil habitantes, em 1970, para 3,8 mil habitantes, em 1980, para 5,2 mil habitantes, em 1991 e, quem sabe, para uma dimensão ainda maior por ocasião da virada do século.

Judiciosamente, porém, Hebette & Moreira (1996) chamam a atenção para a grande cautela que se deve ter ao adotar certos conceitos – inclusive o de “urbanização” – ao manejar estatísticas globais e ao realizar análises macro sobre certas áreas da região Norte, pois pode ser que não se

levem na devida conta as dimensões, a natureza e as características de um processo que esses autores denominam de uma “nova ruralidade” em formação, principalmente nas áreas de fronteira, da Amazônia Oriental, acrescentamos nós. Esses autores destacam que a nova “...ruralidade avança, ainda na escala regional e a nível administrativo, com a criação de novos municípios...” e conseqüente rebaixamento da superfície média do conjunto deles. De fato, essa criação tem sido significativa, sobretudo em período mais recente: de 195, em 1970, o número de municípios da região Norte (não necessariamente nas áreas de fronteira) passou para 203, em 1980, para 298, em 1991 e para nada menos do que 450, apenas cinco anos depois (1996). Segundo Hebette & Moreira,(1996, p. 393) “a criação de municípios, em si, não é necessariamente benéfica para a população; sua lógica nem sempre é muito racional deste ponto de vista. Entretanto, globalmente tomada, ela corresponderia à novidade da situação, principalmente no caso paraense: ela remodela o território, no sentido do que poderíamos chamar de um ecologismo sócio-administrativo, em função notadamente das concentrações populacionais e dos novos meios de comunicação e socialização. Ela significa a aproximação de serviços básicos ao alcance das novas aglomerações (que vão surgir). Administrações municipais distantes, às vezes, de dois a três dias de viagem em barco, tornam-se acessíveis em algumas horas de transporte rodoviário. Postos telefônicos, serviços de assistência técnica à agropecuária, bancos públicos e privados foram implantados...”. O que tais observações parecem refletir é que o limiar (“threshold”) urbano em nível local ou até mesmo sub-regional surge, nessas áreas, em aglomerações humanas de tamanho bem reduzido e que a importância de tais centros como prestadores de serviços de uso coletivo não pode ser aquilatada pela simples contribuição quantitativa que aportam ao crescimento populacional da região.

4. A Dinâmica Migratória Recente

A dinâmica econômica que tomou corpo na região, com atividades bem mais intensivas em capital e poucos efeitos centrípetos sobre o que seriam as respectivas zonas de influência, inclusive (para não dizer sobretudo) no que concerne a áreas de fronteiras agrícolas, sugere ter havido redução, em período mais recente, dos fluxos migratórios inter-regionais. O fato de ainda ter persistido, no período 1980/1991, um ritmo relativamente elevado de crescimento da população rural resultaria de migrações internas pretéritas orientadas em direção às fronteiras agrícolas da região, sobretudo na primeira metade do referido período. Assim sendo, o dinamismo migratório da região Norte, na década dos 80, ainda teria sido, em boa medida, fruto da expansão demográfica e econômica dessas fronteiras. Isto é o que sugere Martine (1994) em estudo sobre a distribuição espacial da população brasileira. Com base nos dados do Censo de 1991, esse autor levanta a hipótese de que a existência de fluxos migratórios com destino rural para a região Norte teria-se cingido, quase que exclusivamente, aos primeiros anos do período 1980/1991, quando ainda se faziam sentir alguns dos efeitos atrativos de vários programas e políticas de desenvolvimento encetadas pelo setor público a partir de décadas anteriores. Na segunda metade dos anos 80, para Martine, e nos anos 90, acrescentamos nós, o crescimento populacional da Região Norte, sem os atrativos à imigração rural, teria passado a ser uma ocorrência de natureza quase que exclusivamente urbana, em grande parte representada por migrantes que anteriormente haviam buscado os quadros rurais de domicílio.

A diminuição na intensidade dos fluxos migratórios inter-regionais para o Norte do País também teria a ver com o arrefecimento da desruralização populacional provocada pelas transformações na estrutura produtiva de alguns estados do Sul, como o Paraná e o Rio Grande do Sul, impactantes nos anos 70 e início dos 80. Conjugar-se-ia a isto a rápida redução havida desde então nas taxas de fecundidade das populações rurais residentes nesses Estados que até então figuravam como importantes emissores de população para as regiões Norte e Centro-Oeste, bem como a própria saturação quanto à abundância de terras férteis baratas em algumas importantes áreas nortistas de destino desses fluxos (caso de Rondônia, por exemplo). Suspeita-se que até mesmo o Nordeste, que tradicionalmente tem participado como a principal região de origem dos fluxos migratórios para a Amazônia, tenha reduzido ou, pelo menos, estabilizado o volume dos

seus fluxos devido, em parte, à inexistência de uma grande seca durante o período e, também, à redução significativa do seu potencial emigratório por efeito da rápida queda da fecundidade que ali se tem registrado nas últimas décadas^[8].

Infelizmente, os dados do censo de 2000 que permitiriam analisar com detalhes a migração interna ocorrida na Região Norte em período recente somente estarão disponíveis a partir do próximo ano. Em razão disto, serão aqui utilizados como aproximação para esse efeito os dados da Contagem Populacional realizada pelo IBGE em 1996, mesmo tendo-se, em conta de um lado, a fluidez temporal que caracteriza a variável migratória e, de outro, os percalços vários que afetaram a realização do referido levantamento e, conseqüentemente, podem comprometer a sua própria utilização.

Apresenta-se à Tabela 4 o número de migrantes inter-regionais residentes no município onde foram captados pela Contagem de 1996 e que dez e cinco anos antes (1986 e 1991, respectivamente) residiam em outro município diferente daquele no qual habitavam por ocasião desse inquérito. Quantificam-se, assim, os movimentos migratórios nos quinquênios 1986/1991 e 1991/1996 referidos a datas fixas pré-determinadas para o início de cada um deles. As informações abaixo acham-se referidas aos movimentos interestaduais ocorrido entre as macrorregiões de destino e origem dos migrantes.

Tabela 4

Região Norte: Migrantes Inter-regionais Segundo Macrorregiões de Destino o Origem 1986/1991/1996

Regiões	Emigrantes		Imigrantes		Saldos Migratórios	
	1986/91	1991/96	1986/91	1991/96	1986/91	1991/96
Nordeste	72,9	61,0	217,0	183,0	144,1	122,0
Sudeste	73,3	79,0	78,9	55,0	5,7	-24,0
Sul	29,2	23,0	41,4	20,8	12,3	-2,2
Centro-Oeste	95,4	86,6	71,2	60,1	-24,2	-26,6
Total	270,7	249,5	408,5	318,9	137,8	69,3

Fonte: Moura; Moreira.[1997], Tabela 11, p. 29.

Como é possível observar, estas informações confirmam o que as inferências feitas a partir de informações não específicas já estavam a indicar: um forte e quase que generalizado esmorecimento do movimento migratório inter-regional na primeira metade da década dos 90. Ademais, os dados dessa Tabela, se comparados àqueles pertinentes aos anos 80, também revelam que o referido esmorecimento seqüenciou e intensificou a tendência que realmente já se manifestara na segunda metade da década anterior, vindo a confirmar a suspeita de Martine^[9].

Como se observa, entre um e outro desses quinquênios, o saldo migratório regional caiu de metade. Isto se deu em conseqüência de uma intensidade algo maior do declínio havido no movimento imigratório em relação ao do movimento emigratório. O fato é que, na primeira metade dos 90, a Região Norte tornou-se deficitária em suas trocas da população com todas as demais macrorregiões brasileiras, excetuando o Nordeste, onde, mesmo assim, o respectivo saldo apresentou uma queda da ordem de 15%. É de suspeitar, inclusive, que tais déficits estejam, em alguma medida, associados a uma intensificação da (e)migração de retorno, o que contribuiria para explicar um ligeiro crescimento havido no número dos emigrantes que deixaram o Norte em demanda ao Sudeste em anos recentes. Mas o fato é que o Norte se tornou, nos anos 90 uma região de perdas populacionais em favor de quase todas as demais regiões brasileiras exceto o Nordeste.

A Tabela 5 apresenta, para cada Estado da Região Norte, os movimentos migratórios interestaduais alusivos aos quinquênios 1986/1991 e 1991/96, segundo os âmbitos intra-regional e inter-regional de ocorrência desses movimentos.

Através dela é possível perceber que a entrada de migrantes, na maioria desses Estados, arrefeceu bastante no último quinquênio. No Pará, por exemplo, que é o Estado nortista mais destacado em termos de volume dos fluxos migratórios, o movimento da imigração interestadual ali registrada caiu de 20%, proporção esta que se verificou em bases muito aproximadas, tanto no que toca aos fluxos de âmbito intra-regional, como aos de âmbito inter-regional. Mas, sem dúvida, foi Rondônia o estado da Região Norte a apresentar o maior decréscimo relativo no tocante ao ingresso de migrantes: o seu volume ficou reduzido, no quinquênio 1991/1996, a apenas 52% do que fôra no quinquênio anterior. O Amazonas, por seu turno, teve esse ingresso diminuído em uma quarta parte, enquanto que Roraima permaneceu com o mesmo volume de imigrantes de origem intra-regional registrado no quinquênio anterior, mas teve reduzida também em uma quarta parte o influxo migratório de outras regiões do País.

Tabela 5

Região Norte: Movimento Migratório Segundo o Âmbito do Deslocamento, por Estado – 1986-91 e 1991-96 - (em milhares)

Estados	Quinquênio 1986-91			Quinquênio 1991-96		
	Âmbito do Deslocamento			Âmbito do Deslocamento		
	Intra-Regional	Inter-Regional	Ambos	Intra-Regional	Inter-regional	Ambos
I – Imigrantes						
Rondônia	19,6	107,5	127,1	11,8	53,1	64,9
Acre	7,5	5,5	13,0	6,1	4,3	10,4
Amazonas	30,9	28,5	59,4	24,3	19,2	43,5
Roraima	13,1	22,2	35,3	13,0	16,8	29,8
Pará	37,6	174,8	212,4	28,3	139,9	168,2
Amapá	18,3	5,3	23,6	32,0	10,7	42,7
Tocantins	17,7	64,6	82,3	18,4	66,3	84,7
Total	144,6	408,6	553,2	133,9	310,3	444,2
Região Norte	-	408,6	408,6	-	310,3	310,3
II – Emigrantes						
Rondônia	11,4	83,1	94,5	11,4	56,0	67,4
Acre	9,2	5,1	14,3	7,0	5,5	12,5
Amazonas	22,1	22,2	44,3	20,4	19,8	40,2
Roraima	2,6	4,1	6,7	3,0	7,6	10,6
Pará	71,3	111,9	183,2	73,1	116,5	189,6
Amapá	4,5	2,6	7,1	4,4	2,8	7,2
Tocantins	23,5	48,3	71,8	14,7	41,2	55,9
Total	144,6	277,3	421,9	133,9	249,5	383,4
Região Norte	-	277,3	277,3	-	249,5	249,5
III – Saldo Migratório						
Rondônia	8,2	24,4	32,6	0,5	-3,0	-2,5
Acre	-1,7	0,3	-1,4	-0,9	-1,2	-2,1
Amazonas	8,8	6,3	15,1	3,9	-0,6	3,3

Roraima	10,4	18,3	28,6	10,1	9,2	19,2
Pará	-33,8	63,0	29,2	-44,8	23,4	-21,4
Amapá	13,8	2,7	16,5	27,7	7,9	35,5
Tocantins	-5,8	16,4	10,5	3,7	25,2	28,8
Região Norte	-	131,2	131,2	-	60,8	60,8

Fonte: Moura; Moreira.[1997], Tabela 12, p. 31.

Obs: Os saldos migratórios antecedidos de sinal negativo indicam emigração líquida de população e, quando positivos, indicam imigração líquida.

As exceções quanto a esse comportamento disseram respeito ao estado do Tocantins e, principalmente, ao do Amapá. No primeiro deles, o número de imigrantes aumentou em pouco menos de 15% mas, no segundo, apesar de sua menor expressão relativa no cômputo da região, o incremento registrado chegou a nada menos do que 80%. Vale referir também que, apesar da imigração de outras regiões ter apresentado, no caso do Amapá, crescimento relativo considerável, tendo praticamente duplicado, foi o crescimento do número de imigrantes oriundos da própria região Norte – historicamente o de maior significação em nível desse Estado – o que mais contribuiu para o referido crescimento total. O conhecimento factual da realidade aponta que o grosso desses imigrantes é representado por populações desassistidas residentes nas Ilhas paraenses próximas à foz do Amazonas que migram para Macapá em busca dos benefícios propiciados pela infra-estrutura social lá existente.

A exemplo do que ocorreu com a corrente (i)migratória dominante, também se registrou, no tocante à maioria dos Estados, um esmorecimento da respectiva contracorrente (e)migratória. Apenas o Amapá, o Pará e Roraima apresentaram, no segundo quinquênio, volumes de emigrantes superiores aos do período anterior. Vale considerar também que apenas o último destes Estados mostrou crescimento relativo de alguma expressão no seu diminuto volume emigratório.

A desintensificação havia nos fluxos emigratórios da maioria dos Estados evitou que os respectivos saldos migratórios despencassem ainda mais do que o fizeram. O fato é que, no quinquênio 1991/1996, somente Roraima, Amapá e Tocantins apresentaram saldos positivos e, apenas nestes dois últimos, crescentes em relação aos do quinquênio anterior. Os estados de Rondônia e do Pará foram aqueles cujos saldos mais diminuíram em termos absolutos, chegando a se tornar negativos.

É bem possível que essa desintensificação esteja manifestando uma maior capacidade de retenção dos fluxos migratórios previamente chegados a maioria dos Estados, paralelamente a uma redução nos estoques dos emigrantes em potencial.

Tabela 6

Região Norte – Pessoas que não Residem no Município de Residência Atual em 1/9/91, Segundo a Origem do Movimento Migratório, por Unidade de Federação – 1/9/1996

Discriminação	Imigrantes (1000)	Origem do Movimento Migratório (%)			% s/ Total UF			Razão de Sexo
		Total (*)	Outra UF	Mesma UF	Total (*)	Outra UF	Mesma UF	
Rondônia	142,3	100,00	45,6	53,2	100,0	100,0	100,0	111,0
MR da Capital	37,1	100,00	54,5	44,1	26,0	31,1	21,6	109,4
Demais MR	105,2	100,00	42,5	56,4	74,0	68,9	78,4	115,5
Acre	22,2	100,00	46,7	50,5	100,0	100,0	100,0	108,2
MR da Capital	18,5	100,00	44,1	53,2	83,2	78,6	87,7	106,8

Demais MR	3,7	100,00	59,4	36,9	16,8	21,4	12,3	115,6
Amazonas	86,1	100,00	50,5	47,0	100,0	100,0	100,0	109,4
MR da Capital	44,9	100,00	66,3	31,5	52,1	67,0	26,9	102,6
Demais MR	41,2	100,00	33,3	64,0	47,9	33,0	73,1	117,5
Roraima	36,0	100,00	82,7	13,7	100,0	100,0	100,0	111,6
MR da Capital	25,0	100,00	91,8	5,4	69,3	76,9	27,2	105,4
Demais MR	11,0	100,00	62,2	32,5	30,7	23,1	72,8	126,8
Pará	451,4	100,00	37,3	61,6	100,0	100,0	100,0	106,0
MR da Capital	126,9	100,00	24,7	73,9	28,1	18,6	33,7	88,4
Demais MR	324,5	100,00	42,2	56,8	71,9	81,4	66,3	113,9
Amapá	50,9	100,00	84,0	14,7	100,0	100,0	100,0	107,3
MR da Capital	41,1	100,00	84,9	13,7	80,8	81,7	75,2	106,0
Demais MR	9,8	100,00	80,8	19,0	19,2	18,3	24,8	113,1
Tocantins	153,6	100,00	55,2	44,4	100,0	100,0	100,0	102,5
MR da Capital	55,4	100,00	52,5	47,3	36,0	34,3	38,4	96,7
Demais MR	98,2	100,00	56,7	42,7	64,0	65,7	61,6	106,0
Região Norte	942,5	100,00	47,1	51,6	100,0	100,0	100,0	106,8

(*) Inclusive Exterior e origem ignorada

Fonte: Moura; Moreira.[1997], Tabela 14, p. 35.

A Tabela 6 detalha o movimento migratório havido no quinquênio 1991/1996 pertinente a cada Estado da região Norte segundo sua origem interestadual ou intra-estadual. Percebe-se que, na maioria dos casos, predominaram fluxos de natureza intra-estadual, ou seja, aqueles que se verificaram a curta distância, entre municípios do próprio Estado. Em nível de região Norte, os migrantes de origem interestadual corresponderam a 47% do total, contra 52% daqueles que realizaram migração intra-estadual.

As principais exceções corresponderam aos Estados do Tocantins e, principalmente, Amapá e Roraima. Os migrantes de origem interestadual (não necessariamente de origem inter-regional) representaram algo mais de quatro quintas partes de todos aqueles que se deslocaram para o Amapá e para Roraima durante o quinquênio 1991/1996. Tocantins também mostrou uma participação levemente majoritária dos migrantes de origem interestadual.

No caso da migração intra-estadual, a sua maior incidência relativa registrou-se nos anos 90, no Estado do Pará, onde os migrantes desse tipo corresponderam a cerca de três quintas partes do total.

Tendo em conta as tendências já identificadas de concentração da população nortista nos principais centros urbanos, geralmente as capitais dos Estados, procurou-se distinguir esse movimento (i)migratório ocorrido no quinquênio 1991/1996 segundo a sua localização ou não na microrregião de cada capital de Estado.

Dessa observação destaca-se, de um lado, que em nível das microrregiões das capitais, os migrantes de origem interestadual revelaram-se majoritários no Amapá, Roraima, Tocantins, Rondônia e Amazonas. De outro, que a microrregião da capital do Pará, Estado que isoladamente apresenta o maior volume de (i)migrantes, constituiu uma das exceções (sendo a outra a microrregião da capital do Acre) onde foi maior a incidência relativa (cerca de 74%) de migrantes de curta distância, oriundos dos próprios municípios do Estado.

A Tabela 6 também destaca a importância relativa da microrregião da capital no que toca à

“absorção” dos (i)migrantes referidos aos respectivos Estados onde residiam por ocasião da contagem populacional de 1996.

Rio Branco (AC) e Macapá (AP) foram as duas capitais submetidas à maior pressão da (i)migração ocorrida na primeira metade dos anos 90. As microrregiões dessas duas capitais teriam sido responsáveis por 75% ou mais por cento da absorção dos migrantes desses dois Estados, tanto os de natureza interestadual, como os de natureza intra-estadual. Ao contrário, as microrregiões de Belém (PA), Porto Velho (RO) e Palmas (TO) teriam sido aquelas submetidas a uma menor pressão relativa. Já as microrregiões de Manaus (AM) e Boa Vista (RR) destacaram-se pelo fato de a pressão migratória relativamente intensa a que estiveram submetidas durante o quinquênio ter sido principalmente decorrente de movimentos migratórios interestaduais, sendo de pouca expressão relativa aquela decorrente de fluxos oriundos de municípios dos próprios Estados.

Chama-se a atenção para última coluna da Tabela 6 que apresenta as razões de sexo dos contingentes (i)migrantes segundo o Estado e as microrregiões de localização. Percebe-se que, na maioria dos casos, prevaleceram em tais contingentes proporções maiores de elementos do sexo masculino, proporções estas que, em geral se mostraram menos desequilibradas com respeito aos contingentes que passaram a residir na microrregião da capital. Chamam a atenção, porém, os casos dos contingentes (i)migrados durante o quinquênio nas microrregiões de Palmas (TO) e, principalmente, de Belém (PA), que excepcionalmente se caracterizaram por uma participação majoritária de elementos do sexo feminino.

Finalmente, cumpre mencionar os movimentos transfronteiriços de indocumentados, uma vertente migratória nova na região Norte. Mesmo sem ainda se ter levantamentos mais gerais a respeito desses fluxos, estudo realizado com relação ao Estado do Amazonas denotou, em primeiro lugar, a dificuldade que têm os instrumentos de coleta convencionais (Censos, Contagem, etc.) para captar este tipo de fluxo. Trata-se de uma população que prefere se manter na clandestinidade diante do risco de ser deportada. Portanto, pouco se sabe ainda a respeito desses migrantes, quais as suas origens, suas características básicas em relação à idade, ao sexo, à escolaridade, etc.

Há indícios, porém, de que se trata de um fluxo em pleno crescimento e que o reduzido número de 1.026 estrangeiros residentes no Estado do Amazonas captado pela Contagem Populacional de 1996 está longe de representar uma grandeza real se comparado aos de duas outras fontes que também podem propiciar informações a respeito. Assim é que, segundo a Polícia Federal, o número de migrantes estrangeiros entrados no Estado do Amazonas, no período de 1995 a 2000, teria sido de 106,8 mil pessoas e o número de saídas, no mesmo período, de 91,2 mil. Assim sendo, o número anual de entradas e saídas de estrangeiros no estado do Amazonas teria sido de 17,8 mil e 15,2 mil, respectivamente, havendo, portanto, um excedente médio anual de 2,6 mil entradas em relação ao número de saídas. Portanto, o saldo deste movimento durante o período mencionado estaria correspondendo, só no Estado do Amazonas, a um acréscimo de 15,5 mil estrangeiros que teriam ingressado no Estado. É possível, porém, que parte deste saldo, a julgar por outras informações, se escoe para outros Estados da Amazônia, para o resto do Brasil ou mesmo para outros países fronteiriços.

Outra fonte de informações acerca da migração estrangeira é o Serviço da Pastoral do Migrante, que tem uma presença ativa no Estado através de várias paróquias católicas. Segundo a Pastoral, a população de imigrantes estrangeiros que estaria residindo no Amazonas à virada do século pode ser estimada em torno de aproximadamente 40 mil pessoas, grande parte da qual representada por nacionais peruanos indocumentados.

Segundo a Pastoral, tais migrantes nada teriam a ver com o narcotráfico, como muitos falsamente poderiam imaginar. São migrantes pobres que buscam, em geral, melhores condições de vida no Brasil. Chegam geralmente solteiros, com idades entre 25 e 34 anos, com alguma escolaridade de nível técnico. Os casados ou em união consensual acabam deixando para trazer a mulher e os filhos quando já instalados no Estado. O número médio de filhos tidos por estes casais encontra-se ao redor de dois. Tais migrantes trabalham, principalmente, no comércio ambulante, alguns

prestam assistência técnica em domicílios, ou trabalham como carpinteiros, ou em serviços gerais. Geralmente, suas condições de vida são precárias em relação ao acesso a serviços básicos de educação, saúde, saneamento, ao emprego formal, etc.

O ingresso desses imigrantes no Estado se dá tanto por via terrestre mas, principalmente, por via fluvial, através dos diversos barcos que atracam nos vários portos existentes. O preço acessível da passagem facilita-lhes a viagem.

Esses imigrantes sofrem constrangimentos de toda ordem: freqüentemente, os nacionais, ao descobrirem sua situação de clandestinidade, procuram tirar proveito financeiro da mesma. Por isto, tais migrantes vivem, muitas vezes, em condições desumanas, residindo em habitações precárias e carentes de direitos que lhes permita a utilização de serviços básicos de saúde, de educação, de abastecimento d'água de esgotamento sanitário, de lazer, etc.

Este, portanto, é um tipo de movimento migratório que precisa ser melhor conhecido já não se mostra quantitativamente desprezível e deverá crescer de volume na medida em que se acentuem os atuais conflitos e problemas fronteiriços. Tal conhecimento também se justifica em termos de uma base para proposições de medidas a serem implementadas em benefícios dessa população indocumentada que trabalha e reside no País. Como se recorda, o Brasil é signatário de convenções internacionais como a que assinou por ocasião da Conferência Mundial de População, do Cairo, em 1994, patrocinada pelas Nações Unidas, em cujo capítulo sobre a migração internacional foi firmado pelos países-membros o compromisso de tomar providências efetivas no sentido de resolverem ou amenizarem, até mesmo por questão humanitária, esse tipo de problema.

5. Territorialidades em Formação na Região Norte

Prevê-se que novas territorialidades deverão surgir em breve na Região Norte, algumas das quais na esteira do Projeto Calha Norte liderado pelo Exército brasileiro. Este tem como um dos seus objetivos últimos alocar população brasileira ao longo dos 6,0 mil quilômetros da desguarnecida fronteira do Brasil com a Venezuela, Colômbia, Peru e Guianas. O projeto vem sendo implementado desde 1985, com maior ou menor ímpeto, inspirado em preocupações com a segurança nacional. Atua no sentido de estimular o povoamento de uma área esparsamente habitada situada na Amazônia Ocidental brasileira, ao norte dos rios Amazonas, Solimões e Negro. A execução do projeto sofreu um certo esmorecimento nos primeiros anos da década dos 90 mas foi retomada em 1996. Presentemente, já estão implantadas 17 unidades militares (em nível mínimo de pelotão) e cinco outras encontram-se em fase de implantação. A idéia é que tais unidades venham futuramente a se transformar em núcleos urbanos que dificultem invasões fronteiriças. No sentido de dinamizar esses futuros núcleos, o Governo brasileiro tem investido e/ou deverá continuar investindo em infra-estrutura física (pequenas centrais elétricas por exemplo) e social (hospitais, principalmente) no sentido de atender e também de adensar a esparsa população indígena e/ou cabocla que habita a região sob influência do projeto (v. Mapa II).

Foi no seio das discussões pertinentes às estratégias de ação do Projeto Calha Norte que surgiram as primeiras propostas de desmembramento de uma parte do Estado do Amazonas, na sua porção mais ocidental, e a fim de transformá-la em Territórios a serem administrados pela União. Atuariam como uma espécie de base de apoio ao projeto. Posteriormente, surgiram várias outras propostas de desmembramentos de Estados situados na Amazônia Legal, **como as da criação** dos Estados do Tapajós e Araguaia, a serem desmembrados dos Estados do Pará e do Mato Grosso, respectivamente (neste último caso, o Estado proposto situa-se na Amazônia Legal mas fora da Região Norte). O fato é que já se acha em discussão, no Senado Federal, um projeto de lei do Senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que consolida várias dessas propostas. Além da criação dos Estados do Tapajós e do Araguaia, propõe-se também a criação dos Estados do Rio Negro, Juruá e do Solimões, a serem desmembrados do Amazonas. Neste caso, já existe até um substitutivo do Senador Jeferson Peres (PDT-AM) que altera proposta de criação destes Estados em favor da criação de Territórios Federais. No fundo, estaria latente uma preocupação com a

1.Estado do Amazonas								
1.1.Território Rio Negro	49,6	64,0	2,4	2,3	2,9	38,4	295,0	0,2
1.2.Território Solimões	167,7	256,6	8,0	9,0	4,8	40,6	303,5	0,8
1.3.Território Juruá	74,9	96,9	3,6	3,4	2,8	54,4	109,3	0,9
1.4.Resto Estado	1.811,0	2.423,5	86,0	85,3	3,3	79,2	869,1	2,6
1.5.Total	2.103,2	2.840,9	100,0	100,0	3,4	74,2	1.577,8	1,8
2.Estado do Pará								
2.1.Estado do Tapajós	834,9	983,5	16,9	16,0	1,8	53,7	-	
2.2.Resto do Estado	4.114,1	5.147,8	83,1	84,0	2,5	68,7	-	
2.3.Total	4.949,0	6.131,3	100,0	100,0	2,4	67,1	1.227,5	5,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos

É possível que, pelo menos de início, a criação destes novos territórios venha “esvaziar” os respectivos interiores, pelo fato de as melhores e maiores oportunidades de emprego serem criadas nas futuras capitais.

O objetivo principal deste texto, a esta altura, é apresentar os perfis populacionais das novas Unidades de Federação que se intenta criar na Região Norte propriamente dita: Territórios do Rio Negro^[10], Solimões^[11] e Juruá^[12], a serem desmembrados do Amazonas, e Estado de Tapajós, a ser desmembrado do Pará. Os dados referidos à Tabela 7 revelam, inicialmente com relação aos futuros territórios “amazonenses”, situados nas mesorregiões do Norte e Sudeste amazonense:

- efetivos populacionais quantitativamente reduzidos, até mesmo quando comparados a reduzida magnitude da população total amazonense;
- baixas densidades demográficas indicativas de espaços que constituem verdadeiros vazios populacionais;
- taxas de crescimentos inferiores à média amazonense, no caso dos Territórios menos populosos do Rio Negro e Juruá, e bem superior à mesma no caso do Solimões;
- graus de urbanização inferiores a média estadual, embora mais da metade da pequena população residente no Juruá esteja localizada em quadros domiciliares titularmente urbanos;

Além dessas características, informações outras aqui não explicitadas revelam a prevalência de:

- populações majoritariamente femininas;
- populações ainda bastante jovens, embora em processo (lento) de envelhecimento;
- populações com altas taxas de dependência (teórica);
- populações submetidas a processos migratórios por vezes intensos em nível de municípios, embora a reduzida dimensão populacional destes deva contribuir para a fluidez que caracteriza o indicador de intensidade migratória adotado (taxa de crescimento populacional).

Quanto ao Estado do Tapajós, deverá abranger 22 municípios que integram as mesorregiões do Baixo Amazonas e Sudeste Paraense. As informações constantes da Tabela revelam que o mesmo, ao ser criado, já deverá contar com uma população de aproximadamente 1,0 milhão de habitantes, correspondentes a cerca de 16,0% da atual população paraense. Essa população estaria crescendo a um ritmo inferior à do Pará como um todo. Por sua vez, mais da metade estaria residindo em

quadros de domicílio urbanos, dentre os quais avultaria aquele representado pela importante cidade de Santarém, situada na confluência dos rios Amazonas e Tapajós que, provavelmente, deverá ser indicada como a capital do novel Estado.

6. Considerações Finais

Qualquer projeto de efetiva ocupação do espaço amazônico pela presença física do elemento humano tem que ser espacialmente seletivo, quando se tem em conta a dinâmica demográfica regional e, em especial, a nacional.

A trajetória recente da população amazônica não permite antecipar nenhuma possibilidade de que uma significativa expansão espacial da presença humana ocorra com base nos estoques regionais. O crescimento vegetativo regional é incapaz por si só de promover um crescimento populacional suficiente para ampliar de forma significativa a expansão da densidade demográfica regional. Em escala nacional as taxas de crescimento são menores ainda em função da acelerada queda de fecundidade ocorrida nos últimos decênios, situando-se em níveis atuais já bastante próximos da reprodução, o que significa que, na eventualidade de que venham a declinar ainda mais, que o Brasil apresente taxas de crescimento negativas ainda neste século. As restrições a um processo de disseminação populacional são ampliadas quando se encontra que todos os indicadores apontam para um forte processo de urbanização da população amazônica com forte concentração nas capitais estaduais e alguns núcleos de médio porte. As pequenas comunidades dispersas pelo interior dos estados apresentam, quando não taxas de crescimento negativos, incrementos muito modestos, afirmando claramente a opção preferencial da população em assentar-se em núcleos que desfrutam de uma razoável infra-estrutura de serviços sociais e possíveis alternativas de renda.

As tendências de crescimento da população brasileira não permitem nenhum otimismo quanto à possibilidade de repetição de substantivos fluxos migratórios advindos de excedentes populacionais. Não só o estoque de migrantes potenciais declinou substantivamente em função da queda da fecundidade, como a própria movimentação populacional mostrou mudanças estruturais de natureza tal a não permitir nenhum otimismo quanto à possibilidade de que a ocupação da Amazônia se faça por meio da imigração. A região mostra indícios de estar se tornando perdedora líquida de população para o restante do País, exceto quanto ao Nordeste – e ainda assim em razão das amplas comutações populacionais na fronteira do Maranhão com o Pará e Tocantins. Mesmo assim, no que depender de excedentes demográficos este movimento tende a diminuir, na medida em que também no Nordeste tem sido intensa a queda da fecundidade. Para reduzir ainda mais o movimento populacional em direção a Amazônia há que se ter em conta que o conjunto de fatores de expulsão da população do Centro-Sul para a Amazônia parece ter-se esgotado, assim como parece estar concluído o processo de direcionamento da população, em grandes números, para Rondônia e seu entorno imediato. O que se observa mais recentemente é a cauda dos movimentos de criados pela força dos amplos fluxos migratórios que adentram a região no passado recente e criaram as condições para a chegada destes novos migrantes. São movimentos com origem e destino determinados, de pequeno volume numérico, estruturalmente distintos dos movimentos anteriores, mas nem por isso menos importantes para o processo de efetiva ocupação da região do que as maciças migrações de trabalhadores sem terra e pequenos proprietários que ocuparam a Amazônia no período recente.

Os novos possíveis pólos de dinamismo regional gerados a partir dos investimentos em infra-estrutura que permitiram a regularização do fluxo do Madeira e a construção do porto de Itacoatiara, abrindo a oportunidade de escoamento da produção agrícola para o mercado internacional; a consolidação dos eixos-rodoviários da Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho, Manaus-Venezuela, além das projetadas construções rodoviárias; a expansão da produção energética no eixo Tucuruí; os efeitos irradiadores da produção de gás e petróleo no Juruá, quando associados aos pólos anteriores desenham um processo de ocupação demográfica seletiva, pontual, em torno destes eixos de expansão, em termos distintos do que ocorreu até

agora.

Afetar estas “tendências naturais” demanda políticas deliberadas de planejamento do desenho e de intervenção do setor público sobre os rumos da ocupação da Amazônia brasileira.

7. Referências Bibliográficas

AJARA, César. “Os Processos Recentes de Ocupação Expansão e Apropriação das Fronteiras Amazônicas”, IN: MOURA, Hélio A. de (Org.) A Pesquisa Social na Amazônia: Avanços, Lacunas e Prioridades. Recife: Editora Massagana, 1996, p. 16-31.

BRASIL, Marília C. Os Estados do Pará e do Tapajós: uma discussão. Manaus: FJN/IESAM, s/data, inédito.

BRASIL, Marília de C. “Urbanização na Região Norte: Uma Análise Exploratória das Mesorregiões: IN: SANTOS, Taís de F. (Coord.) Dinâmica Populacional das Regiões Norte e Nordeste: Questões Atuais e Emergentes. Recife: Editora Massagana, 2000, p. 139-162.

CAETANO, André J. Migrações nos Municípios das Capitais da região Norte na Década de 70, Manaus: FJN/IESAM, 1998, Texto IESAM nº 6.

HEBETTE, Jean; MOREIRA, Edna S. “Situação Social nas Áreas Rurais Amazônicas”; Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 12, n.2, jul/dez 1996, p..383-406

MARTINE, George. A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80, Brasília: IPEA, 1994, Texto para discussão n. 319.

MOREIRA, Morvan de M. “Regiões Norte: Evolução populacional Recente” IN: SANTOS, Taís de Freitas (Coord.) Dinâmica Populacional das Regiões Norte e Nordeste: Questões Atuais e Emergentes. Recife, Massangana, 2000, p. 45-82.

MOURA, Hélio A.; MOREIRA, Morvan de M. As Migrações na Região Norte em Período Recente: Uma Abordagem Preliminar. Manaus: FJN/IESAM, [1997], Textos IESAM, n. 1.

MOURA, Hélio A.; TEIXEIRA, Pery. “Tendências Recentes do Crescimento Populacional do Nordeste”, Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 29, jun/abr, 1997, p.95-116.

OLIVEIRA, Luiz Antonio P. de. Comentários a AJARA, César; “Os Processos Recentes de Ocupação, Expansão e a Preocupação das Fronteiras” IN: MOURA, Hélio A.de. A Pesquisa Social na Amazônia: Avanços, Lacunas e Prioridades. Recife: Massangana, 1996, p. 35-38.

OLIVEIRA, Luiz Antonio P. de. “Perfil das Condições de Vida na Amazônia” Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 12, n.2, jul/dez, 1996, p. 181-202.

RODRIGUES, Roberto N. & Wong, Laura R. “Evolução da Fecundidade na Região Norte do Brasil” Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 12, n.2, jul/dez, 1996, p. 315-344.

SANTOS, Carlos A. dos; MOURA, Hélio A. A Divisão do Estado do Amazonas: achegas no debate. Manaus, FJN/IESAM, 2001, inédito.

SANTOS, Carlos A. dos et al. “Personae Non Gratae?” A Imigração Indocumentada no Estado do Amazonas. IN: ABEP. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12,

Caxambu. Anais...Belo Horizonte, ABEP, 2000 (Em CD-ROM).

TEIXEIRA, Pery. “Níveis e Tendências da Mortalidade na Região Norte” Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 12, n. 2, jul/dez, 1996, p. 341-356.

[*] Superintendente do Instituto de Estudos sobre a Amazônia da Fundação Joaquim Nabuco.

[**] Diretor do Departamento de Pesquisas Populacionais do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco.e Professor da Universidade Federal de Pernambuco

[1] - A Região Norte é constituída pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazônia, Roraima, Pará, Amapá, e Tocantins.

[2] - Oliveira (1996)

[3] - Cf. Rodrigues; Wong (1996) , p. 315-344, notadamente Tabela 3, pág. 322.

[4] - Teixeira (1996), notadamente Tabela 3, p.348.

[5] - Santos et al. (2000)

[6] - Assim consideradas pelo fato da sua classificação atender exclusivamente a critérios de natureza política-administrativa.

[7] - Ver, a propósito, Brasil (2000)

[8] - Moura; Teixeira. (1997), notadamente tabela 20.

[9] - Martine, George, op. cit.

[10] - Constituído pelos Municípios de Barcelos, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro.

[11] - Municípios de Alvarães, Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constanti, Fonte Boa, Japurá, Jutáí, Máraã, São Paulo de Olivença, Souto Antonio de Içá, Tabatinga, Tocantins, Uariri.

[12] - Municípios de Carauari, Eurinepé, Guajará, Ipixuma, Itamarati e Juruá.